

SUMÁRIO

1	ESTRUTURA CONCEITUAL E ASPECTOS BÁSICOS DO PIS/PASEP.....	1
1.1	O PIS/PASEP no Sistema Tributário Nacional.....	1
1.2	Perspectivas para o futuro do PIS/PASEP.....	5
1.3	Arrecadação e relevância de PIS e COFINS para o País	8
2	ESTRUTURA CONCEITUAL E ASPECTOS BÁSICOS DA COFINS	11
2.1	A Constituição e as contribuições sociais	11
2.2	A COFINS no Sistema Tributário Nacional e seus problemas jurídicos	12
2.3	Decisão do STF sobre aumento na base de PIS e COFINS.....	13
2.4	Desdobramentos do julgamento do STF.....	14
2.5	Nova polêmica jurídica: o ICMS fora das bases de PIS e COFINS	16
2.5.1	A que se refere tal polêmica?.....	17
2.5.2	Como fica a apuração de PIS e COFINS com a decisão.....	18
3	PIS E COFINS NAS EMPRESAS SUBMETIDAS À TRIBUTAÇÃO PELOS LUCROS PRESUMIDO OU ARBITRADO.....	21
3.1	Leis vigentes para PIS e COFINS de empresas tributadas pelo lucro presumido ou com o lucro arbitrado	21
3.2	Base de cálculo.....	22
3.3	Redefinição do conceito de receita bruta	24
3.4	Regime de reconhecimento de receitas	26
3.5	Valor da receita nas vendas com cartões de débito e crédito.....	27
3.6	Vendas para governo e empresas públicas	29
3.7	Exemplos numéricos.....	30
3.7.1	Re vendas de produtos com tributação monofásica	30
3.7.2	Re vendas de mercadorias para empresas do governo	31
3.7.3	Exemplo com retenções na fonte.....	31

4	PIS E COFINS NAS EMPRESAS SUBMETIDAS À TRIBUTAÇÃO PELO LUCRO REAL.....	33
4.1	Normativos.....	33
4.2	Total de receitas	34
4.3	Receitas que não integram as bases de PIS e COFINS.....	34
4.3.1	Exclusões do método não cumulativo	34
4.3.2	Detalhes das exclusões na receita bruta.....	36
4.3.3	Detalhes nas exclusões das demais receitas.....	40
4.4	Outras receitas que devem ser tributadas	43
4.5	Receitas financeiras.....	43
4.5.1	A volta da cobrança de PIS + COFINS sobre receitas financeiras	45
4.6	Outras exclusões em casos específicos	47
4.7	Necessidade de bons controles internos.....	48
4.8	Para reflexão: PIS e COFINS e as negociações comerciais	48
4.9	Empresas tributadas pelo lucro real, alíquotas aplicadas e o método não cumulativo.....	49
4.10	Base de cálculo, créditos, registro contábil e despesa	50
5	CRÉDITOS PERMITIDOS EM LEI.....	53
5.1	Aspectos introdutórios	53
5.2	Posição da doutrina jurídica sobre os créditos.....	54
5.2.1	Corrente constitucionalista	54
5.2.2	Corrente legalista	54
5.2.3	Posição do CARF.....	55
5.3	Os créditos e a cadeia produtiva.....	56
5.4	Bens adquiridos para revenda	58
5.4.1	Devoluções de vendas	60
5.5	Bens e serviços utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda	60
5.6	Aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos pagos à pessoa jurídica e utilizados nas atividades da empresa.....	69
5.7	Despesas de arrendamento mercantil.....	71
5.8	Depreciação de bens do ativo imobilizado	73
5.8.1	Máquinas e equipamentos adquiridos a partir de jun/12 para uso na produção de bens e serviços ou para locação	75
5.8.2	Máquinas e equipamentos adquiridos entre mai/08 e 2/ago/11 para uso na produção de bens e serviços ou para locação	76
5.8.3	Máquinas e equipamentos adquiridos entre 2/ago/11 e 31/mai/12 para uso na produção de bens e serviços ou para locação	76

5.8.4	Máquinas e equipamentos adquiridos entre mai/04 e abr/08 para uso na produção de bens e serviços ou para locação.....	77
5.8.5	Outros bens utilizados na atividade industrial.....	77
5.8.6	Bens utilizados na prestação de serviços.....	77
5.8.7	Edificações construídas ou adquiridas	78
5.8.8	Bens reavaliados ou com ajuste por custo atribuído em 2010.....	79
5.8.9	Bens utilizados por empresas comerciais distribuidoras, atacadistas e varejistas.....	80
5.8.10	Bens do imobilizado e outros créditos de empresas em fase pré-operacional.....	80
5.8.11	Bens adquiridos até abril de 2004.....	81
5.8.12	Bens usados	82
5.8.13	Depreciação acelerada pelo uso e incentivada.....	82
5.8.14	Benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros, utilizados nas atividades da empresa	82
5.9	Energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica	82
5.10	Armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, quando o ônus for suportado pelo vendedor.....	83
5.10.1	Despesa com frete próprio: vedação ao crédito.....	85
5.11	Vale-transporte, alimentação e vestuário.....	86
5.12	Crédito presumido sobre saldo de estoque.....	87
5.12.1	Exemplo numérico do uso do crédito presumido.....	88
5.13	Estorno de crédito de bens não utilizados para produção ou revenda	88
5.14	Créditos específicos.....	88
5.15	Créditos não permitidos pela legislação.....	88
5.15.1	Revendas de produtos com tributação monofásica	89
5.15.2	Revendas de produtos com alíquota zero.....	90
5.15.3	Créditos decorrentes de uso de mão de obra paga à pessoa física ..	92
5.15.4	Restrições e outros detalhes sobre créditos.....	94
5.16	O CARF e os créditos de PIS e COFINS	97
5.17	Conceito de insumo – posição e julgamento do STJ.....	99
6	EMPRESAS COM TRIBUTAÇÃO MISTA	101
6.1	A exceção que quase vira regra.....	101
6.2	Receitas de serviços de telecomunicações.....	102
6.2.1	Exemplos numéricos.....	104
6.3	Receitas de serviços de transporte coletivo.....	106
6.4	Transporte aéreo.....	107

6.5	Receitas de prestação de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.....	107
6.6	Receitas com vendas de jornais e periódicos.....	108
6.7	Receitas de serviços médicos.....	109
6.8	Receitas decorrentes de prestação de serviços de educação.....	109
6.9	Parques temáticos.....	110
6.10	Serviços de hotelaria.....	110
6.10.1	Não incidência de PIS e COFINS nos serviços a estrangeiros.....	112
6.11	Prestação de serviços de concessionárias operadoras de rodovias.....	113
6.12	Serviços de organização de feiras e eventos.....	113
6.13	Serviços de atendimento.....	113
6.14	Vendas de mercadorias nas lojas localizadas nos portos ou aeroportos.....	114
6.15	Demais receitas tributadas no método cumulativo com empresa tributada pelo lucro real.....	114
6.16	Receitas de revendas de veículos usados.....	115
6.17	Quem ganhou com a mudança do método cumulativo para o método não cumulativo.....	116
7	TRIBUTAÇÃO MONOFÁSICA E REGIMES ESPECIAIS.....	119
7.1	Aspectos introdutórios.....	119
7.2	Tributação monofásica.....	120
7.2.1	Combustíveis derivados de petróleo e biodiesel.....	120
7.2.2	Álcool combustível.....	123
7.2.3	Indústria farmacêutica e de cosméticos.....	125
7.2.4	Cervejas, águas e refrigerantes.....	127
7.2.5	Veículos, máquinas e autopeças.....	129
7.2.6	Fabricantes e importadores de cigarros.....	131
7.3	Indústria estabelecida na Zona Franca de Manaus.....	131
7.3.1	Vendas para empresas instaladas na ZFM.....	132
7.3.2	Suspensão de PIS e COFINS para bens de capital importados por empresas estabelecidas na ZFM.....	132
8	PIS E COFINS NAS ENTIDADES IMUNES E ISENTAS.....	135
8.1	Imunidade e isenção.....	135
8.2	PIS pago sobre a folha de pagamento.....	138
8.3	Consultas favoráveis às entidades isentas.....	139
8.4	COFINS das entidades imunes e isentas.....	139
8.5	Resumo: tem PIS e COFINS nas entidades sem fins lucrativos?.....	144

9	PIS E COFINS: ASPECTOS CONTÁBEIS.....	147
9.1	Aspectos introdutórios	147
9.2	O registro e o controle do PIS com base na experiência acumulada pela contabilidade no reconhecimento do direito de recuperação de crédito tributário de natureza mercantil	148
9.2.1	Método direto subtrativo.....	148
9.2.2	Método direto aditivo	149
9.2.3	Método indireto subtrativo	149
9.2.4	Método de crédito do tributo.....	149
9.3	O PIS, a COFINS e os métodos existentes	149
9.4	Escrituração contábil da empresa	150
9.5	Registro na demonstração do resultado.....	150
9.6	Compra de mercadorias, matéria-prima e insumos.....	151
9.7	Exemplo numérico com vendas no mercado interno	152
9.8	Exemplo numérico com vendas no mercado externo.....	155
9.9	Crédito sobre estoque inicial	157
9.10	Crédito sobre despesas	157
9.11	Depreciação fiscal e contábil e os créditos de PIS e COFINS.....	158
9.12	Exemplos numéricos.....	159
9.13	Problemas (e soluções) no registro contábil do arrendamento mercantil financeiro.....	162
9.14	O crédito de PIS e COFINS nos pagamentos de arrendamentos.....	163
9.14.1	Exemplo numérico	164
9.15	O impacto do ICMS ST nas bases de PIS e COFINS nas empresas distribuidoras ou atacadistas.....	166
10	O PIS E A COFINS NAS EMPRESAS BRASILEIRAS NA PRÁTICA	169
10.1	O que tem de diferente neste capítulo (e no livro)?.....	169
10.2	Questões discursivas	170
10.3	Múltipla escolha	173
	Gabarito das questões discursivas	183
	Gabarito das questões de múltipla escolha.....	185